

Teto de gastos e permanência de Guedes na Economia dependem da aprovação das reformas, avalia Murillo de Aragão

Por Agência Arko Advice - 1 de outubro de 2020



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O vai-e-vem em torno da criação do programa Renda Cidadã, que mais de uma vez ameaçou um drible no teto de gastos, a pressão da ala desenvolvimentista do governo para a expansão dos gastos públicos e o próprio contexto da pandemia do novo coronavírus – são fatores que têm aumentado a insegurança do mercado sobre um futuro de controle nas contas do governo federal.

Como consequência, a expectativa do mercado sobre aumentos na taxa de juros para os próximos anos disparou. Às 15h30 desta quinta-feira (01) cotação da taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 (juros futuro a longo prazo) é de 4,62%. Há um mês, o índice era inferior a 4%. Para janeiro de 2027, a cotação de juros futuro que era inferior a 7% há um mês já chega a 7,56% nesta quinta.

Para o mercado hoje, essa é a grande pergunta: o que cai primeiro, o teto de gastos ou Guedes?

Na opinião do cientista político Murillo de Aragão, a resposta é: nem um, nem outro, pelo menos por enquanto. "A prioridade do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente Bolsonaro é encontrar uma solução para o programa Renda Cidadã sem ameaçar o teto de gastos. Porém, para conseguir isso, é necessária a implementação de uma série de medidas politicamente difíceis", avalia.

Leia mais:

- Com aval de Bolsonaro, Guedes diz que Renda Cidadã não usará precatórios
- Renda Cidadã: proposta dribla teto de gastos e pode aumentar dívida pública, dizem especialistas

Murillo analisa que a única saída para o governo é avançar nas pautas que podem diminuir a pressão sobre os cofres públicos. Um exemplo é a reforma administrativa, que, segundo Guedes, pode economizar em torno de 300 bilhões em 10 anos. O problema é que o tema é considerado complicado politicamente por alterar os benefícios dos servidores públicos.

"Também é preciso redistribuir a carga tributária e criar novos impostos, o que é politicamente complicado", avalia Murillo. "É um desafio muito complexo que deverá ter desfecho rápido".

Para Murillo de Aragão, Guedes deve ficar, mas terá que encontrar uma solução para conseguir aprovar sua agenda de reformas.

Compartilhe isso:



Agência Arko Advice
